

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

PTB, PCB E PT: partidos e classe no Brasil. Análise dos partidos brasileiros a partir da teoria política de Gramsci

Fabiano Rosa de Magalhães

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16573>

Submetido em: 2026-06-16

Postado em: 2026-08-14 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

PTB, PCB E PT: PARTIDOS E CLASSE NO BRASIL. ANÁLISE DOS PARTIDOS BRASILEIROS A PARTIR DA TEORIA POLÍTICA DE GRAMSCI.

FABIANO ROSA DE MAGALHÃES

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2349-1629>

fabiano.magalhaes@ifnmg.edu.br

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Araçuaí-MG, Brasil.

RESUMO:

Esse artigo apresenta uma discussão sobre a relação entre partido político e classe. A discussão foi concebida como parte da pesquisa de doutorado sobre a trajetória do PT no Vale do Jequitinhonha. O propósito é apresentar uma análise sobre a temática do partido político no âmbito da perspectiva marxista, com foco na abordagem de Gramsci. Este autor elaborou uma refinada teoria política, da qual são derivados conceitos como “hegemonia”, “bloco histórico” e “partido-príncipe”. Num primeiro momento serão explicitados esses conceitos. Levando-se em consideração o papel do partido da classe, bem como a relação com os conceitos gramscianos, serão analisados três partidos brasileiros – o PTB, PCB e o PT. A hipótese é que esses partidos foram constituídos como partidos da classe ou em reação à classe. O PTB será chamado de “partido para a classe”, ou seja, um partido gestado pela classe dominante, cuja gênese se explica como parte do contexto da luta de classes. Os outros dois (PT e PCB) serão chamados de “partidos da classe”, dada a gênese propriamente classista.

Palavras-chave: partido político, Gramsci, classe social, esquerda brasileira, consciência de classe

PTB, PCB, AND PT: PARTIES AND CLASS IN BRAZIL. AN ANALYSIS OF BRAZILIAN POLITICAL PARTIES THROUGH GRAMSCI'S POLITICAL THEORY.

ABSTRACT:

This article presents a discussion on the relationship between political party and class. The debate was conceived as part of doctoral research on the trajectory of the PT (Brazilian Workers' Party) in the Jequitinhonha Valley (State of Minas Gerais, Brazil). The purpose is to present an analysis of the political party theme within the Marxist perspective, focusing on Gramsci's approach. This author developed a refined political theory, from which concepts such as 'hegemony', 'historic bloc', and 'modern prince' are derived. Initially, these concepts will be explained. Taking into account the role of the class party, as well as its relationship with Gramscian concepts, three Brazilian parties will be analyzed – the PTB (Brazilian Labour Party), PCB (Brazilian Communist Party) and PT. The hypothesis is that these parties were formed either as parties of the class or in reaction to the class. The PTB will be called a 'party for the class', meaning a party created by the ruling class, whose genesis is explained as part of the context of the class struggle. The other two (PT and PCB) will be called 'parties of the class', given their strictly class-based genesis.

Keywords: political party, Gramsci, social class, brazilian left, class consciousness

INTRODUÇÃO

As análises que proponho a seguir são parte de uma pesquisa que venho desenvolvendo no doutorado de Desenvolvimento Social da Unimontes. Minha proposta é analisar a trajetória específica do Partido dos Trabalhadores no Vale do Jequitinhonha, em consonância com o próprio desenvolvimento histórico do Partido dos Trabalhadores no contexto que se abre com a crise da Ditadura Militar. Parto da premissa de que o partido foi um partido constituído pela classe trabalhadora no Brasil. Trata-se de um partido de classe na sua origem. Se ele se manteve como partido de classe ao longo do curso dos anos, é uma discussão que não devo entrar especificamente nesse texto. De fato, é importante frisar, de saída, que o partido foi constituído evidenciando sua relação com o socialismo, termo que, segundo Secco (2023), aparece por diversas vezes nos discursos e nos documentos que foram produzidos pelo partido ao longo dos seus primeiros encontros.

Nesse texto não apresentarei uma discussão acerca desses desdobramentos acerca da natureza que o partido foi adquirindo ao longo da sua história, em que ele foi, de um partido de base sindical muito forte, além do compromisso com as organizações de base, até as vitórias eleitorais, cujo ápice é a chegada de Lula à Presidência da República, em 2002.

Também não vou ainda aprofundar a discussão específica sobre o PT do Vale do Jequitinhonha. Essa discussão será objeto da longa investigação que ora se desenvolve.

Uma questão que apresento no texto é basicamente de fundamentação teórica. Duas questões associadas merecem uma discussão de início. A primeira diz respeito à relevância explicativa do conceito de classe. Tomo a fundamentação marxiana como base. É a partir daí que vamos encontrar o sujeito-classe se movendo na história.

A outra questão é o desdobramento dessa primeira chave: o partido. Qual a importância do partido para a construção da “vontade coletiva” da classe trabalhadora?

Para essa abordagem fui buscar a sustentação em Gramsci, o autor que muito contribuiu para trazer a esfera da política para um lugar central. O tema do partido já aparece evidenciado em Marx. Depois Lenin dá uma contribuição significativa, já que, sendo coerente com sua condição de revolucionário marxista, ele buscou aliar teoria revolucionária à prática revolucionária. E, depois Gramsci, na mesma cepa revolucionária, que desenvolve uma teoria política apresentando conceitos muito relevantes, tais como “hegemonia”, “bloco histórico” e “partido-príncipe”.

Proponho fazer um levantamento dessas contribuições de Gramsci de modo a buscar compreender o desenvolvimento dos partidos brasileiros que apresentam uma natureza de classe, ou se aproximam da classe, de alguma forma.

A discussão que é apresentada nesse resumo é derivada da pesquisa de doutorado, na sua fase teórica. Portanto, a pesquisa que sustenta as análises a seguir é uma pesquisa do tipo bibliográfico, consistindo no levantamento acerca dos partidos de esquerda no Brasil, desde a fundação do PCB, até o contexto da construção do PT, nos anos de 1980. Nessa fase busquei acompanhar os momentos de construção programática e as estratégias dos partidos, a partir dos congressos e encontros.

Os partidos que identifico para a abordagem são o Partido Comunista Brasileiro e o Partido dos Trabalhadores, como partidos da classe e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), como partido que se sustentou em torno da classe, mas constituindo um partido para a classe.

1 CONSTITUIÇÃO DA CLASSE E DOS SUJEITOS DA CLASSE – BREVE LEVANTAMENTO HISTÓRICO SOBRE A CLASSE TRABALHADORA E O PARTIDO POLÍTICO.

A historiografia sobre a classe trabalhadora oferece estudos importantes para compreensão das resistências e mesmo a constituição de uma cultura operária. Nessa área, autores como Christopher Hill, Eric Hobsbawm e Edward Thompson foram pioneiros nos estudos históricos sobre as formas de resistência cultural e política da classe trabalhadora diante da introdução da industrialização inglesa e dos pilares liberais da sociedade capitalista, fundamentada na livre iniciativa e no lucro. Esses pilares não foram, necessariamente, absorvidos com naturalidade pelo povo.

Nos estudos de Hill (1987) há descrição dos intensos conflitos que constituíram parte da Revolução de 1640, na Inglaterra. A novidade da sua abordagem é que ele buscou evidenciar as ações dos “de baixo”, na contramão da historiografia oficial, que caminhava na direção de destacar os grandes personagens históricos da Revolução Inglesa. Ele considera o papel dos banidos da história, constituídos em diversas comunidades de seitas protestantes (*levellers, ranters, quacres, diggers*, dentre outros) buscavam por mudanças mais radicais na sociedade. Os temas relacionados à justiça social e ao cristianismo dos pobres, além da reivindicação de um socialismo e de um poder popular foram amplamente difundidos no contexto estudado pelo autor.

Hobsbawm (1981), por sua vez, faz um apanhado amplo sobre o operariado na Europa, contemplado aspectos como a revolta desarticulada contra as ameaças trazidas pela Revolução

Industrial, até as organizações consolidadas dos trabalhadores. É leitura essencial para quem quer compreender o percurso que vai daquilo que Marx (2017) denominou de “classe em si” até a “classe para si”.

Thompson (1988), por sua vez, é um autor que busca historicizar a luta de classes a partir das análises dos discursos dos trabalhadores. Fugindo das interpretações de um marxismo ortodoxo, que, na sua perspectiva, estariam mais voltados à compreensão da classe a partir da esfera econômica, Thompson busca captar a dinâmica da classe a partir das suas experiências cotidianas, tomando a cultura como eixo importante para as análises. Ele recupera, por meio da historiografia, aspectos da disputa simbólica numa perspectiva de classes, considerando as formas de resistências dos trabalhadores ingleses ao avanço do capitalismo. Diante do avanço da economia de mercado e sobretudo do uso do dinheiro, os trabalhadores se mobilizaram por conta do aumento do custo do pão. Enquanto os comerciantes buscavam impor por meio de leis e regulações a partir da oferta e da procura, os trabalhadores insistiam na estipulação de um “preço moral” ou preço justo cuja centralidade não estava necessariamente na ideia capitalista de lucro. Através das lutas é possível perceber a própria busca de estabelecer o custo dos alimentos essenciais para viver.

Também encontro a disputa de significados nos trabalhos de Michele Perrot (1974; 1992) que traz, por exemplo, elementos da disputa do movimento operário francês (1890) em torno da criação do dia 1º de maio - Dia do Trabalhador. A escolha da data envolveu disputas no movimento internacional, com suas diferentes tendências. As disputas revelam as diferentes estratégias dos movimentos da classe trabalhadora e a criação da cultura na perspectiva da luta de classes.

Classe é, portanto, um conceito central na teoria marxiana, embora seja, também, um conceito de difícil definição, porquanto há, nos escritos de Marx, diversas abordagens sobre classe. O que sustento, para efeito da proposta, é que o conceito é válido e atual, tanto é que diversos autores se valem do conceito para esclarecer o aspecto da organização política do conjunto dos segmentos expropriados. As pautas foram alargadas, abarcando pluralidade de aspectos que não estavam dados, historicamente, no contexto do Século XIX, o que não quer dizer que o próprio conceito não estivesse, desde antes em Marx. As particularidades da relação colonial(raça/classe) foram incorporadas, desde a obra de Fanon (2005), passando pelos autores latino-americanos que buscaram fundamentar os processos de independência e revoluções na África e América Latina. Em todos esses trabalhos é possível encontrar aspectos de alargamento da própria situação social da classe trabalhadora, dado sobretudo, a partir do próprio movimento de natureza política, relacionado às propostas socialistas.

Mattos (2007) aponta que a condição da dimensão ampliada da reprodução do capital implica em mudanças nas condições de reprodução das classes sociais, o que não inviabiliza, mas reafirma o uso do conceito.

Não se trata de um processo encerrado no tempo, mas dinâmico. A sociedade capitalista passou por diversas fases de acumulação. Cada fase apresenta contradições com as quais a classe trabalhadora se confronta, conscientemente (ou seja, de forma organizada), ou inconscientemente, através das manifestações das diversas formas de expropriação.

De tal modo, é importante considerar que as próprias contradições são elementos constitutivos da formação dessa consciência dos trabalhadores. As contradições de determinado momento são a base para que os trabalhadores se constituam como coletividade e passem a lutas de diferentes naturezas contra a realidade que os oprime. Por vezes essas contradições são superadas; por vezes permanecem como problemas fundamentais que afligem as diferentes gerações.

Assim surgiram as organizações políticas dos trabalhadores: os partidos políticos, associações e sindicatos.

2 O PARTIDO DA CLASSE TRABALHADORA: DESDOBRAMENTOS A PARTIR DE MARX.

Entre 1846 e 1848, Marx e Engels expõem alguns princípios do que seria o papel de um partido comunista no processo revolucionário. Dirigindo críticas à concepção jacobina, blanquista (Blanqui) ou babouvista (Babeuf) de partido, em que a revolução surge a partir de líderes esclarecidos em nome de uma massa passiva, Marx e Engels sugerem que a revolução social só pode ser obra da própria classe. O partido, na concepção marxista, não é uma organização que surge acima da luta de classes. Conforme Löwy, (2023) os oprimidos, por meio das lutas de classes, criam o partido, “mediador teórico e prático entre a totalidade – o objetivo final do movimento operário – e cada momento parcial do processo histórico da luta de classes.” (p.9). E assim sintetiza: “Seu papel não é agir no lugar ou “acima” da classe operária, mas orientá-la para o caminho de sua autolibertação, para a revolução social.” (p. 10)

Desde então, tal compreensão sobre o partido será a tônica para diversos debates, como por ocasião da I Internacional, anarquistas e comunistas; ou então quando Marx combateu as tendências centralizadoras de Lassale ou o reformismo de Bernstein, na social-democracia alemã.

Embora Marx e Engels tenham produzido uma contribuição significativa por ocasião da fundação da Liga dos Comuns, através do documento histórico Manifesto Comunista (MARX e ENGELS, 2005), não há uma teoria sobre partidos em Marx. De fato, conforme aponta Poulantzas (1980), o tema da política e do partido pode ser encontrado em diferentes obras de Marx, como n'O Capital, por exemplo, e em outros escritos de Marx, quando ele discute algumas formações sociais em que a política é revelada, entrando dentro do terreno ideológico.

É com Lenin (2015) e Gramsci (1989) que encontramos análises derivadas de Marx, sobre a necessidade de construção de partidos da classe trabalhadora para ganhar o apoio das outras classes e construir a hegemonia de classe.

Deixando de lado um aprofundamento sobre as importantes contribuições de Lenin e de outros autores marxistas que elaboraram fundamentação teórica sobre o partido político, passo a considerar a contribuição de Antônio Gramsci. Através dos conceitos de bloco histórico e de partido-príncipe, pretendo analisar, em segundo momento, o arranjo partidário na perspectiva da classe trabalhadora no Brasil.

2.1 A classe trabalhadora e o partido político. Análise a partir de Gramsci.

Dentre os diversos conceitos produzidos por Gramsci, considero particularmente importante o tratamento que ele dá ao partido político, tomando-se como suporte a concepção do Príncipe de Maquiavel, além do conceito de Bloco Histórico. É com eles que passo a considerar a contribuição do autor.

A noção de bloco histórico é particularmente interessante para a compreensão desse caráter dinâmico porque remete à relação entre a dimensão da estrutura econômica e a superestrutura. Portelli (1977, p. 15) assim define:

Se considerarmos um bloco histórico, isto é, uma situação histórica global, distinguimos aí, por um lado, uma estrutura social – as classes que dependem diretamente da relação com as forças produtivas – e, por outro lado, uma superestrutura ideológica e política. O vínculo orgânico entre esses dois elementos é realizado por certos grupos sociais cuja função é operar não ao nível econômico, mas superestrutural: os intelectuais.

É sob essa perspectiva que Gramsci irá centrar esforços para compreender os mecanismos de dominação histórica, dando ênfase nos processos culturais, políticos e ideológicos que se tornam hegemônicos em determinado momento. Desse ponto de vista a hegemonia é algo a ser disputado

pela classe trabalhadora. Esse termo – hegemonia – é associado ao âmbito da sociedade política, uma das atividades da superestrutura. A sociedade política mantém vínculo com a sociedade civil (MARANGONI, 1981) através da dominação, quando utiliza a coerção, ou como grupo dirigente de grupos próximos e aliados. Nesse caso, a classe dominante obter a hegemonia, que seria a atração que os membros que essa classe exerce sobre as demais classes, formando, através desses laços, um bloco ideológico.

Em termos gramscianos, o partido da classe seria o caminho para romper esse bloco dominante. O partido, para ele é a representação do príncipe moderno, de Maquiavel, ou seja, uma força política capaz de dirigir a classe trabalhadora rumo às mudanças. Conforme as palavras do autor:

O moderno-príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar O partido universais e totais. (GRAMSCI, 1989, p. 6, grifos meus)

O partido não é a classe; não é ele que cria a classe. Estivesse Gramsci sugerindo essa condição, estaria dando primazia à superestrutura (política/ideologia). Rompe portanto, com uma visão idealista (PORTELLI, 1977). Também rompe com a ideia de independência das instâncias, porque, uma vez criado o partido, esse torna-se o organizador para “o desenvolvimento ulterior de uma vontade coletiva” (idem, p.9). Assim sendo, o partido representa a configuração da classe, ou em outras palavras, a expressão da luta política da classe, num determinado momento histórico.

Daí a importância que ele confere à política, na sua acepção ampla. É pela política que a classe é elevada de sujeito consciente da história. Conforme aponta Coutinho (2011, p.110) seria a passagem da “classe em si” para a “classe para si” de Marx., ou, em outros termos, a “passagem do determinismo econômico à liberdade política”. É pela política que a classe pode realizar o que Gramsci chamou de “Catarse”, ou seja, sair duma visão de mundo economicista/individualista, para uma consciência universal de classe. E essa condição só é possível se a classe se propõe a ser “classe nacional” ou “bloco social” por meio de um partido.

E é precisamente a partir dessa concepção que ele considera o papel do partido. Em sintonia, Gramsci arremata, comentando sobre quais deveriam ser as tarefas desse príncipe moderno – o partido das classes trabalhadoras:

O moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser o propagandista e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa criar o terreno para um desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional-popular no sentido de alcançar uma forma superior e total de civilização moderna. (Idem, p. 8)

Mas o partido também pode conter contradições nesse processo de luta, até porque a classe dominante também pode agir por meio do partido. Donde a possibilidade de transformar o partido em classe dominante. E um dos motivos dessa contradição é o fenômeno partidário que ele chama de transformismo, que consistiria na absorção de dirigentes dos grupos dominantes para dentro do partido revolucionário. É por essa razão que existem partidos que, ao se adequarem às estruturas de dominação burguesa, deixam de cumprir as tarefas que são necessárias para alcançar uma revolução intelectual e moral da sociedade.

Considerando a definição de Gramsci sobre o partido como príncipe moderno, proponho a seguinte questão: a premissa do partido político como príncipe pode ser observada no quadro histórico brasileiro? Caso seja afirmativa a premissa anterior, então quais partidos poderiam ser assim considerados? E que projeto nacional esses partidos buscaram desenvolver?

André Singer (2018), considera a persistência de “três partidos políticos” no Brasil: o dos pobres (Partido Trabalhista Brasileiro - PTB), o dos ricos (A União Democrática Nacional - UDN) e o do interior (antigo Partido Social Democrático - PSD). A lógica do autor é apontar a estruturação partidária seguindo eixos que se repetem ao longo da história do Brasil, desde o Estado Novo. Nesse sentido, o Partido dos Trabalhadores (PT) seria uma espécie de herdeiro do antigo PTB; o Partido da Social-democracia Brasileira (PSDB) seria uma continuidade da UDN e o Movimento Democrático Brasileiro¹ seria uma continuidade do PSD.

Para o autor, aquela persistência entre partidos representantes dos “ricos” em oposição aos partidos dos “pobres” e um centro, representam a dinâmica da luta de classes no Brasil, o que ele constata como problema antigo.

Gostaria de propor outra forma de identificar a luta de classes no Brasil. A proposição, a partir da sustentação teórica de Gramsci, é identificar os partidos brasileiros que tiveram uma base de sustentação classista. O conceito de bloco histórico e o de partido-príncipe são importantes para compreendermos a própria relação de dominação na sociedade brasileira e o contexto da luta de classe,

¹ O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) tem sua origem no período do bipartidarismo permitido pela Ditadura Militar, tendo surgido em 1966, como a única oposição legal permitida. Com a Reforma Partidária de 1979 muda o nome para Partido Municipalista Brasileiro (PDMB) (KINZO, 1988). Em 2017 o partido voltou a adotar a sigla original – MDB.

em que a classe buscar projetar sua contraposição ao poder da burguesia. Os partidos são posicionados na superestrutura política. Analisar a história dos partidos é compreender a dinâmica de classes da própria nação.

Dentro do quadro partidário brasileiro, a partir da República, considero que três partidos podem ser inseridos dentro de uma base de apoio classista: o PTB, o PCB e o PT.

2.2 Dois partidos da classe e um partido para a classe.

Os três partidos que passo a considerar aqui se constituíram a partir de amplo apoio da classe trabalhadora, muito embora seja necessário considerar que cada um deles construiu orientações programáticas distintas em face da democracia e do socialismo(PCB e PT)², ou em relação ao capitalismo (PTB)³.

Evidentemente, dentro da dinâmica partidária brasileira não existiram só esses partidos acima mencionados. Muitos partidos de esquerda também tiveram origem através da classe trabalhadora. O que é preciso destacar, no entanto, é que o PCB e o PT, constituíram os principais partidos da esquerda brasileira. Proponho associar esses partidos à noção de partido-príncipe de Gramsci, dado que, esses partidos foram além de simples disputas eleitorais, pelo menos durante em uma parte da sua história. Nessa dimensão, eles também foram dirigentes e interlocutores com os diversos movimentos sociais e com outros partidos, construindo também, estratégias programáticas para pensar a própria nação.

A partir da exposição buscarei esclarecer essa proposição.

2.2.1 *PCB – Primeiro quadro histórico – um partido da classe.*

O argumento que gostaria de defender nessa pesquisa é de que o PCB - no primeiro quadro histórico - e o PT - no segundo quadro histórico -, foram partidos que buscaram articular essa “vontade coletiva” , ou seja, são partidos que manifestara ou manifestam interesses de classe.

O primeiro quadro histórico representa o contexto que compreende a constituição de uma economia brasileira, desde a sua relação escravista-colonial até a constituição da sociedade de classes.

² Conforme Iasi, et. al (2019), o PCB orientou-se pela Estratégia Nacional-democrático e o PT, orientou-se pela estratégia Democrático-Popular, considerando que o amadurecimento da participação popular e da democracia seriam condições básicas para que chegasse ao socialismo, numa etapa posterior.

³ Conforme Gomes (1988), o PTB visava o apoio da classe trabalhadora que emergia como força expressiva no cenário nacional. O trabalhismo de Vargas inspirava-se no modelo corporativista italiano, segundo o qual a sociedade (capitalista) deveria sustentar-se em torno de alianças entre patrões e classe trabalhadora e o fim da luta de classes.

Alguns autores são importantes para a análise do que foi esse período. Lembro, primeiramente, de Caio Prado Jr (1970), para quem a colonização inseriu-se dentro de uma necessidade econômica da metrópole. A forma de organização do Brasil contemporâneo encontra suas raízes no período colonial. Desde cedo privilegiou-se as grandes unidades produtivas (a fazenda) e essa forma de propriedade era bem apropriada ao trabalho escravo, introduzido no Brasil desde tempos mais remotos da colonização.

A transição do trabalho escravo para a sociedade de classes é tema do estudo de Florestan Fernandes (1978). O autor aponta os dilemas dessa transição (inconclusa), em que os negros foram deixados à própria sorte, sem a atuação compensatória por parte do Estado, para que pudesse se inserir na sociedade de classes. Esse mesmo processo de introdução das relações de trabalho assalariadas, típicas do capitalismo, não se deu de forma imediata, após o fim da escravidão.

Quanto ao processo organizativo, as primeiras formas de reação às condições de trabalho nas cidades que desenvolviam uma certa industrialização, só começaram a ocorrer no final do Século XIX. As atividades contestatórias eram tratadas como caso de polícia pelo Estado republicado, recém instaurado.

Dentre os estudos que abordam a formação das primeiras organizações operárias desde o final do Século XIX e início do Século XX, destaca-se a obra de Ângela Castro Gomes (1988). A autora descreve as ações dos trabalhadores urbanos através das primeiras greves e organismos políticos como escolas, partidos e as organizações anarquistas. A influência da Revolução Comunista de 1917 inspirou a criação do Partido Comunista, em 1922. Os trabalhos da autora contemplam as organizações dos trabalhadores urbanos, sobretudo organizações do tipo sindical. Essas primeiras organizações tiveram uma forte influência anarquista. Posteriormente foi o Partido Comunista Brasileiro que passou a disputar a influência das camadas organizadas do operariado urbano, buscando ser o catalisador e proporcionador da cultura política para o conjunto dos trabalhadores. Gomes (1988) também insere o populismo como força política que passou a disputar o apoio dos trabalhadores, dentro de uma perspectiva da conciliação de classes.

Essas organizações ocorreram em setores urbanos e nas grandes cidades. Quanto às regiões mais interiorizadas, com o predomínio da economia agrária, essas organizações se deram depois.

Dentre as tarefas organizativas do PCB, uma delas seria a constituição de sindicatos em categorias desprovidas de organização sindical, ou a disputa da direção daqueles que já existiam. Assim, diversas entidades sindicais urbanas passaram a ser dirigidas pelo partido. Quanto ao campo, somente

a partir dos anos de 1950 é que surgiram as primeiras organizações sindicais. O PCB esteve à frente, a partir das influências junto às Ligas Camponesas e, mais tarde com a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG).

Essas organizações tiveram importante papel nas Reformas de Base. Segundo Oliveira (1999), ao longo do século passado, os partidos socialistas e comunistas foram duramente reprimidos, impedidos de se organizar em boa parte do contexto histórico, mas quando puderam se organizar, construíram pilares para a formulação de projetos nacionais numa perspectiva da revolução socialista (OLIVEIRA, 1999). As classes trabalhadoras se organizaram para dar resposta respostas aos conflitos ou às questões que tinham impacto em suas vidas. Conforme o autor, as Reformas de Base significaram,

a grande bandeira unificada dos anos cinquenta e sessenta, que se amplifica extraordinariamente na década do Golpe, significavam o questionamento da repartição da riqueza, unificando também categorias diversas de trabalhadores urbanos, classes médias antigas e novas, profissionais de novas ocupações (...) O grande debate sobre a educação colocou num novo patamar a questão da escola pública, da produção científica e tecnológica, o papel dos cientistas que, nessa nova relação, tornavam-se ‘intelectuais orgânicos’ da política, sem que estivessem necessariamente ligados a partidos. Mas talvez a amplificação mais notável da política tenha ocorrido mesmo no lado do campesinato e dos trabalhadores rurais. As Ligas Camponesas (...) deram a fala, o discurso, capaz de reivindicar a reforma agrária e de dessubordinar o campesinato, após longos séculos, da posição de mero apêndice da velha classe dominante latifundiária. (OLIVEIRA, 1999, p.63)

Esse movimento de “fazer política” das classes populares teve duração efêmera. Seguidamente a cada momento de abertura, logo em seguida um contragolpe atinge em cheio os movimentos da classe trabalhadora, militantes e partidos políticos comunistas e socialistas. A história do Brasil tem sido marcada por consecutivos momentos de ruptura democrática (OLIVEIRA, 1999).

2.2.2 PTB – um partido para a classe

Parece contraditório inserir o PTB como um partido de classe. De fato ele não foi um partido da classe, isto é, não surgiu a partir da classe. Não obstante, é preciso entender o seu papel a partir do conceito gramsciano de “relação de forças”.

Ele surgiu de cima para baixo, ou seja, um partido para a classe, tendo sido criado em torno de Getúlio Vargas para sustentar o Estado Populista. Sua origem só pode ser explicada no próprio contexto de enfrentamento diante do crescimento organizativo do operariado, conforme aponta Gomes (1988). Desde a década de 1920 o movimento operário urbano despontava com criação de sindicatos, partidos e organização de greves. Iani (1975, p. 10) indica que o populismo surgiu como forma de instrumentalização das massas trabalhadoras, “ao mesmo tempo que manipula as

manifestações a possibilidades da sua consciência”. De fato o populismo apresenta-se como uma reação à classe, mas buscando incorporá-la numa coalização que busca “obscurecer as linhas de classe e valorizar as massas, o povo, igualando ideologicamente interesses heterogêneos” (op. cit. P. 44).

De acordo com Singer (2018), o PTB teve uma relação dúbia em relação ao PCB, oscilando entre franca oposição e alianças táticas. As alianças táticas ocorreram, por exemplo, em torno do Queremismo, movimento que defendia a permanência de Vargas no poder. Posteriormente também houve alianças em torno das Reformas de Base de João Goulart, de 1961 a 1964. A relação de oposição no cooptação de lideranças sindicalistas e na propaganda anticomunista. Nesse contexto o partido foi inclusive o artífice da cassação do PCB, em 1947, o que retirou dos comunistas a possibilidade de se tornar o partido da classe. Conforme Singer (2018, p. 48): “Na sua ausência, uma organização composta de cima para baixo com nítidas feições populistas, o PTB, funcionou como experiência política para os trabalhadores até a sua extinção, em 1965.”

Em outras circunstâncias, o partido teve importante de papel enquanto base de sustentação de Vargas, sobretudo com a ala esquerda do partido.

Entre as lideranças conhecidas do PTB estão figuras como João Goulart e Leonel Brizola. Este último teria tentado reativar o PTB no contexto da abertura partidária, a partir de 1979. Todavia, após uma disputa judicial com Ivete Vargas, sobrinha de Getúlio Vargas, que também reivindicava o nome do partido, Brizola criou o PDT – Partido Democrático Trabalhista, em 1980, (FLB, 2015).

2.2.3 O PT e a organização da classe trabalhadora a partir do fim dos anos de 1970.

Um hiato de mais de 20 anos separa um período de grandes mobilizações nacionais pelas Reformas de Base, até o final dos anos de 1970. No meio desse caminho um golpe militar encerrava violentamente um ciclo de crescente democratização que envolvia organizações do campo e da cidade. Aquele ciclo de mobilizações que tinha forte influência do PCB e do PTB foi abruptamente encerrado com a cassação dos mandatos parlamentares, destituição de diretorias sindicais e perseguição aos militantes de esquerda. A repressão se abateu violentamente sobre a estrutura do PCB, assim como sobre suas diversas dissidências, além de outros movimentos sociais e intelectuais da esquerda brasileira⁴.

⁴ Observo que a definição de esquerda que nos parece mais apropriada – e à qual me apoio – é aquela proposta por Gorender (1987, p. 7): “Entendo por esquerda o conceito referencial de movimentos e idéias endereçados ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas. Os deferentes graus, caminhos e formas dessa transformação social pluralizam a esquerda e fazem dela um espectro de cores e matizes”

A partir do final dos anos de 1970, a classe trabalhadora começou a se articular em torno de algumas pautas reprimidas durante todo o período. Com a abertura política, a construção do PT, em 1980, aliado à construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), configurou uma proposta política capaz de catalisar as demandas reprimidas da classe trabalhadora com as mais diversas novas pautas de luta.

Por vezes a história do PT foi apresentada como se fosse uma ruptura absoluta com a história da esquerda do período anterior. Por mais que um partido de classe possa se apresentar como uma novidade histórica – e o PT o foi em muitos aspectos, – isso não significa desconsiderar toda a construção da classe em termos de organização política. Secco (2023) considera que o PT representou, nos momentos de sua fundação, elementos de continuidade e de ruptura com a tradição do marxismo brasileiro, produzido entre 1954-1964. Conforme o autor:

Francisco de Oliveira foi um dos primeiros a notar que o PT se insere naquela tradição onde o PCB foi o elemento central, mas outros estudiosos, posteriormente confirmaram esta hipótese. (SECCO, 2023, p. 69).

Outros autores também chamam a atenção para essa continuidade. É o caso de Guimarães (1990, p. 3)

Quando o PT nasceu, em ruptura e atritos com as vertentes mais tradicionais da esquerda brasileira, tornou-se senso comum a ideia de que o Partido inaugurava o novo, quase um marco zero na luta pelo socialismo. Em algumas versões, esta apologia do “novo” quase dava as costas com arrogância à tradição, ao esforço das gerações passadas. Pobre “novo”, frágil modernidade esta, que não se alimenta do diálogo com a tradição.

O PT foi forjado no contexto histórico singular de emergência de diversas lutas de movimentos sociais. Desde então, a articulação dos partidos de esquerda, capitaneada pelo PT, constituiu uma estratégia política catalisadora das demandas da classe trabalhadora, passando a dinamizar a ação política de diversos grupos desde as grandes cidades até as cidades do interior. De outra forma, foi se espalhando para todo o Brasil.

Voltando à fundamentação teórica de Gramsci, seria possível concluir que a luta de classe no Brasil resultou na configuração de um partido para a classe trabalhadora, estruturado de cima para baixo – O PTB, cuja fundamentação se insere no escopo de uma tentativa de frear o avanço das organizações da classe trabalhadora.

Por outro lado, a classe produziu, de baixo para cima, duas organizações, em ciclos distintos, separados por uma ruptura autoritária, cujo propósito seria, justamente, por fim definitivo às

construções derivadas do legado do PCB, que, embora marcado por períodos de ilegalidade, pode produzir um histórico de projeção na política nacional.

Daí a análise sobre o desenvolvimento dos partidos que aqui tratamos é, de fato, a narrativa da luta de classe no decorrer da história nacional.

PCB e PT representaram, em alguma etapa das suas trajetórias, o esforço da classe para romper o bloco histórico da burguesia e propor o próprio bloco histórico da classe. Isso não se deu sem contradições também no campo da classe. Dentro da dinâmica de partido, sobretudo quanto ao PT quando chega ao poder, em função das alianças de classes, o partido vai se aproximando do que Gramsci nomeou de transformismo.

Por fim, essa abordagem de Gramsci ainda aponta para um fato importante: a luta de classe não se encerra com os embates violentos tramados pelas classes dominantes. Estas, quando perdem força hegemônica, tendem a lançar mão da força.

Além do mais, a cooptação dos partidos da classe ou a derrota temporária como ocorreu no contexto da Ditadura, não significa o fim da classe. Por vezes o ciclo de um determinado partido é encerrado para a abertura de outro, num patamar diferenciado das lutas. Assim é que se explica a passagem do ciclo do PCB ao PT.

Como encaminha a perspectiva de Marx e que é retomada em Gramsci: a dialética ensina que o novo não é necessariamente uma superação do antigo. Desta forma, embora haja elementos de ruptura no contexto que produziu o PT, há aspectos de continuidade/acúmulo das lutas históricas produzidas pela classe em outros momentos. Logo, há também continuidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Voltando à fundamentação teórica de Gramsci, seria possível concluir que a luta de classe no Brasil resultou na configuração de um partido para a classe trabalhadora, estruturado de cima para baixo – O PTB, cuja fundamentação se insere no escopo de uma tentativa de frear o avanço das organizações da classe trabalhadora; e por outro lado, na produção a partir da classe, ou seja de baixo para cima, de duas organizações, em ciclos distintos, separados por uma ruptura autoritária, cujo propósito seria, justamente, por fim definitivo às construções derivadas do legado do PCB, que, embora marcado por períodos de ilegalidade, pode produzir um histórico de projeção na política nacional.

Confirma-se a aplicabilidade do conceito de bloco histórico, tomando-se a dimensão do próprio tensionamento entre as classes. Daí a análise sobre o desenvolvimento dos partidos que aqui tratamos é, de fato, a narrativa da luta de classe no decorrer da história nacional.

PCB e PT representaram, em alguma etapa da sua trajetória, o esforço da classe para romper o bloco histórico da burguesia e propor o próprio bloco histórico da classe. Isso não se deu sem contradições também no campo da classe. Dentro da dinâmica de partido, sobretudo quanto ao PT quando chega ao poder, em função das alianças de classes, o partido vai se aproximando do que Gramsci nomeou de transformismo.

Por fim, essa abordagem de Gramsci ainda aponta para um fato importante: a luta de classe não se encerra com os embates violentos tramados pelas classes dominantes. Estas, quando perdem força hegemônica, tendem a lançar mão da força.

Além disso, a cooptação dos partidos da classe ou a derrota temporária como ocorreu no contexto da Ditadura, não significa o fim da classe. Por vezes o ciclo de um determinado partido é encerrado para a abertura de outro, num patamar diferenciado das lutas. Assim é que se explica a passagem do ciclo do PCB ao PT.

Como encaminha a perspectiva de Marx e que é retomada em Gramsci: a dialética ensina que o novo não é necessariamente uma superação do antigo. Desta forma, embora haja elementos de ruptura no contexto que produziu o PT, há aspectos de continuidade/acúmulo das lutas históricas produzidas pela classe em outros momentos. Logo, outras cenas desse capítulo podem ser aguardadas.

REFERÊNCIAS

- PRADO Jr. Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- CASTAÑEDA, Jorge. **Utopia desarmada**. São Paulo: Companhia das letras, 1994
- COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci**. São Paulo: Boitempo, 2011,
- FANON, Frantz. **Os Condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.
- FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Ática, 1978.
- FUNDAÇÃO LEONEL BRIZOLA. **Quando Brizola chorou**. 11 nov. 2015. Disponível em: <https://www.flb-ap.org.br/memoria/quando-brizola-chorou/> . Acessado em 30 mar. 2026.
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice, 1988.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

GUIMARÃES, Juarez. **Claro enigma. O PT e a tradição socialista**. Campinas-SP. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

IANI, Octávio. **A formação do Estado populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

IASI, Mauro Luís. FIGUEIREDO, Isabel Mansur. NEVES, Victor. **A estratégia democrático-popular: um inventário crítico**. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2019.

KECK, Margareth. **PT – A lógica da diferença**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

KINZO, Maria D’Alva Gil. **Oposição e autoritarismo**. Gênese e trajetória do MDB – 1966-1979. São Paulo: Vértice, 1988.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Que fazer?** Problemas candentes do nosso movimento. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARANGONI, Maria do Carmo. A noção de “Bloco Histórico”. **Reflexão**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião. PUC Campinas. v. 6, n. 19, 1981. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reflexao/article/view/11100>. Acesso em 09 abr. 2026.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. V. II São Paulo: Boitempo, 2019.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin-Claret, 2005.

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate Conceitual. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. n. 20, 2007.

OLIVEIRA, Francisco. Privatização do Público, Destituição da Fala e anulação da Política. in: OLIVEIRA, F. e PAOLI, M.C. (Orgs.). **Os sentidos da Democracia**. Políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis-RJ, Vozes, Brasília: Coedição: NEDIC, 1999.

PERROT, Michele. **Les Ouvriers en Grève**. France, 1871-1890. Paris: Mouton, 1974.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PORTELLI, Juges. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POULANTZAS, Nico. **Pouvoir Politique et classes sociales - V. I**. Paris: Maspero, 1980.

RANCIÈRE, Jacques, O dissenso. In: NOVAES, Adauto (org.). **A Crise da Razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2023.

SINGER, André. **O lulismo em crise**. Um quebra cabeça no período Dilma (2011-2019). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO:

O presente trabalho foi realizado com apoio do PROGRAMA DE BOLSAS PARA QUALIFICAÇÃO DE SERVIDORES – PBQS – IFNMG.

CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR:

O autor é responsável pelas seguintes atribuições para desenvolvimento deste trabalho: elaboração de ideias; esboço da metodologia; desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, Conceitualização; redação original e adequação à estruturação científica; Preparação da apresentação do trabalho publicado.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:

O autor declara que não há conflito de interesses.

MINIBIOGRAFIAS DO AUTOR DO PAPER

Doutorando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social (Unimontes-MG). Graduado em Ciências Sociais (UFMG) e Geografia (UFMG). Mestre em Ciências Sociais (PUC-MG). Atua como Professor EBT – IFNMG - Campus Araçuaí.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.